



COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, ORÇAMENTO E DO MERCOSUL

PARECER Nº 082/18 – CEFOR

Altera o art. 23 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, determinando que o Município de Porto Alegre realize avaliação periódica de seus planos, programas e projetos.

Vem a esta Comissão, para parecer, o Projeto em epígrafe, de autoria do vereador Marcelo Sgarbossa.

Em um primeiro parecer, registrado as fls 26, 27 e 28, essa Comissão entendeu pela aprovação do projeto. Não havendo fatores que nos fizessem mudar de opinião, reafirmamos os termos do parecer abaixo:

É fato que existem diversos mecanismos de demonstração de resultados de políticas públicas presentes no município de Porto Alegre. A Lei Orgânica prevê, em seu artigo 94, inciso VI, que compete ao prefeito “apresentar anualmente relatório sobre o estado das obras e serviços à Câmara Municipal”. Esse relatório, disponibilizado online a todos os munícipes, contém diversos dados de resultado dos programas e planos presentes no Plano Plurianual.

No caso do PROMETA, foi incluído artigo na Lei Orgânica do Município que cito:

(...)§ 5º O Executivo Municipal divulgará, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, os indicadores de desempenho qualitativos e quantitativos relativos à execução do Prometa, utilizando meios de comunicação previstos no § 2º deste artigo, assegurando a realização de audiência pública na sede da Câmara Municipal de Porto Alegre, preferencialmente no mesmo momento da apresentação do relatório previsto no inc. VI do caput deste artigo

Até aqui, concluímos que não faltam instrumentos de divulgação de resultados das políticas públicas implementadas pelo Município. Ocorre, entretanto, que não há clareza acerca da efetiva avaliação e reavaliação periódica desses planos, metas e indicadores. Com efeito, a previsão constante do art. 94, VI, da LOMPA não deixa clara a necessidade de avaliação dos resultados obtidos – mas tão somente da apresentação desses – e o próprio PROMETA, por se tratar de algo novo, não permite que sejam observadas conclusões relativamente à presença de instrumentos efetivos de avaliação das políticas públicas.



Câmara Municipal de Porto Alegre

PROC. Nº 2462/14
PELO Nº 001/14
Fl. 02


PARECER Nº 082 /18 – CEFOR

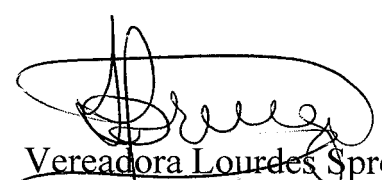
Dessa forma, entendemos pela **aprovação** do Projeto.

Sala de Reuniões, 04 de maio de 2018.



Vereador Felipe Camozzato,
Vice-Presidente e Relator.

Aprovado pela Comissão em 15.05.18


~~Vereador João Carlos Nedel – Presidente~~ *contra*


~~Vereadora Lourdes Sprenger~~ *contra*


Vereador Airto Ferronato


Vereador Mauro Zacher